

Governo devora 60% do crédito no País

Enquanto isso, o setor privado briga pelos financiamentos que sobram, que chegam caros

O setor público se transformou em voraz devorador de crédito nos dez anos do Plano Real. Em 1994, o governo abocanhava 35% dos financiamentos disponíveis no País, enquanto empresas e consumidores ficavam com 65%. Hoje, o setor público consome 60% do crédito do mercado e o setor privado fica com apenas 40%. "Esse é um dos fatores para o aumento do spread, a

competição do governo e do setor privado pelos mesmos recursos", diz Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central (BC).

Competição desleal, diga-se. O governo é um cliente cativo de recursos, que precisa desesperadamente de crédito, paga juros altos e oferece poucos riscos. Já o setor privado oferece mais riscos de inadimplência. Como o governo demanda muitos recursos, as taxas de juros sobem e fica muito caro para empresas e consumidores tomarem empréstimos, já que tiveram sua renda deprimida. Além disso, os bancos precisam reser-

var R\$ 11 de cada R\$ 100 que emprestam para o setor privado, segundo as regras do Acordo de Basiléia. Para o setor público, o capital alocado é zero.

"É óbvio que os bancos vão ser extremamente seletivos para conceder crédito para consumidores e empresas", diz Antonio Bento Furtado de Mendonça Neto, vice-presidente executivo da consultoria Solving International.

A dívida pública enorme contribui para que o País tenha um dos menores índices de crédito sobre o PIB do

mundo, de 25%, segundo Erivelto Rodrigues, presidente da Austin Rating. No Japão, o crédito é 120% do PIB, nos Estados Unidos, de 25%, e no Chile, um país emer-

gente como o Brasil, de 65%. Um dos motivos para o crédito escasso são os juros altos, que inibem a demanda

dos consumidores e empresas. O governo não pode reduzir muito a taxa nominal dos juros porque isso faria os bancos migrarem para outros tomadores, como as empresas. E o setor público não pode abrir mão desses recursos dos bancos para rolar sua dívida.

Superávit nominal – Essa situação não deve mudar antes do fim da década. Vai demorar até 2010, segundo os cálculos do Bradesco, para o Brasil finalmente chegar a uma situação confortável, atingindo o superávit nominal. Superávit nominal significa que o governo vai gastar menos do que arre-

cada, mesmo pagando os juros de suas dívidas. Hoje em dia, o governo tem receita superior às despesas (superávit primário), mas o que sobra não é suficiente para cobrir suas despesas com juros.

Com o superávit nominal, sobra dinheiro para o governo abater suas dívidas e o setor público não precisa ficar sugando o crédito do País. Com a demanda do setor público por crédito em queda, sobram mais recursos para o setor privado. E, finalmente, consumidores e empresas poderão financiar casas, geladeiras e máquinas por juros mais razoáveis. (P.C.M.)

SUPERÁVIT
NOMINAL,
SÓ EM
2010